

EXERCÍCIO DO DIREITO A NÃO SER OBJETO DE DECISÕES INDIVIDUAIS AUTOMATIZADAS

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

Nome / Razão Social:

Endereço do Escritório / Serviço perante o qual se exerce o direito
a não ser objeto de decisões individuais automatizadas

Rua/Praça

....., n.º
..... C.P., localidade
.....

DADOS DO TITULAR OU REPRESENTANTE LEGAL

Sr./Sra.

.....,
maior de idade, com domicílio na Rua/Praça
..... n.º
....., localidade, província
....., C.P., com N.I.F. n.º
..... e correio eletrónico
..... por meio do presente escrito
exerce o direito a não ser objeto de decisões individuais
automatizadas, em conformidade com o previsto no artigo 22.º do
Regulamento UE 2016/679, Regulamento Geral de Proteção de
Dados (RGPD).



SOLICITA

Não ser objeto de uma decisão baseada unicamente no tratamento automatizado, incluindo a elaboração de perfis, que produza efeitos jurídicos sobre a minha pessoa ou me afete significativamente de modo semelhante, em particular nos seguintes aspetos:

Que sejam adotadas as medidas necessárias para salvaguardar os meus direitos e liberdades, bem como os meus interesses legítimos, incluindo o direito à intervenção humana, a expressar o meu ponto de vista e a contestar a decisão, tudo isso no caso de o tratamento dos meus dados pessoais se fundamentar na celebração ou execução de um contrato, ou no meu consentimento explícito.

Que o meu pedido seja atendido nos termos anteriormente expostos no prazo de um mês.

Recomenda-se que o presente formulário seja acompanhado de um documento no qual exponha, de forma detalhada, todos os dados que permitam identificar o objeto do seu pedido.

Em a de de 20.....

Assinado



INSTRUÇÕES

1. Este modelo será utilizado pelo titular quando não pretenda ser objeto de uma decisão baseada unicamente no tratamento automatizado, incluindo a elaboração de perfis, que produza efeitos jurídicos sobre a sua pessoa ou o afete significativamente de modo semelhante.

Também será utilizado quando o tratamento se fundamente na celebração ou execução de um contrato, ou no consentimento explícito do titular, com a finalidade de que sejam adotadas as medidas necessárias para salvaguardar os seus direitos e liberdades, bem como os seus interesses legítimos, incluindo o direito à intervenção humana, a expressar o seu ponto de vista e a contestar a decisão.

2. O requerente deverá estar suficientemente identificado no pedido, que deverá estar assinado. Se o pedido for formulado por terceiro, deverá ser comprovada oportunamente a representação outorgada para esse efeito. Deve saber que, quando o responsável pelo tratamento tiver dúvidas razoáveis sobre a identidade da pessoa singular que apresenta o pedido, poderá solicitar que sejam fornecidas as informações adicionais necessárias para confirmar a sua identidade.

3. A Agência Espanhola de Proteção de Dados não dispõe dos seus dados pessoais e só pode facultar os dados de contacto dos Delegados de Proteção de Dados das entidades obrigadas a designar um que tenham comunicado a sua nomeação à Agência. Também pode facultar estes dados de contacto relativamente às entidades que tenham designado um Delegado de forma voluntária e o tenham comunicado.



4. O titular dos dados pessoais objeto de tratamento deve dirigir-se diretamente ao organismo público ou privado, empresa ou profissional relativamente ao qual presume ou tem a certeza de que possui os seus dados pessoais.

5. Para que a Agência Espanhola de Proteção de Dados possa tramitar a sua reclamação, caso o seu pedido de exercício do direito a não ser objeto de decisões individuais automatizadas, incluindo a elaboração de perfis, não tenha sido atendido, é necessário que o responsável pelo tratamento não tenha respondido ao pedido no prazo de um mês e que apresente um dos seguintes documentos:

- A recusa do responsável pelo tratamento ao exercício do direito a não ser objeto de decisões individuais automatizadas, incluindo a elaboração de perfis.
- Cópia carimbada pelo responsável pelo tratamento do modelo de pedido de não ser objeto de decisões individuais automatizadas, incluindo a elaboração de perfis.
- Cópia do modelo de pedido de exercício do direito a não ser objeto de decisões individuais automatizadas, incluindo a elaboração de perfis, carimbado pelos correios ou cópia do recibo do envio por correio registado.
- Quaisquer outros meios de prova facultados pelo responsável pelo tratamento dos quais se possa deduzir a receção do pedido.